

98

Boletim IPPUR

Setembro de 2026



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



IPPUR
Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional



Integrantes do Observatório das Metrópoles organizam livro sobre ilegalismos e dinâmicas urbanas



I Seminário Internacional sobre Justiça da Deficiência realizado com participação do IPPUR



IPPUR participa de análise da gestão de imóveis vinculados ao fundo nacional antidrogas



Mestrando do PPGPUR Marcelo Nicacio Rodrigues recebe premiação no China-Latin America Poverty Alleviation Challenge 2026



IPPUR participa de projeto de atendimento à população de rua do Rio de Janeiro

A edição nº 98 do Boletim IPPUR divulga a publicação do livro “Ilegalismos e a Produção das Cidades”, organizado pelo professor Adauto Lúcio Cardoso (IPPUR/UFRJ) e pelo doutorando Utanaan Reis Barbosa Filho (IPPUR/UFRJ). Outro destaque é a participação do IPPUR em duas importantes iniciativas: um projeto do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania de atendimento à população em situação de rua no Rio de Janeiro e uma pesquisa sobre a destinação de imóveis vinculados ao Fundo Antidrogas, no âmbito da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SAL/MJSP). Também traz registros sobre a realização do I Seminário Internacional sobre Justiça da Deficiência, que contou com a participação do IPPUR na organização e nas mesas, e sobre a premiação recebida pelo mestrando do PPGPUR, Marcelo Nicacio Rodrigues, por projeto voltado ao combate à pobreza, além das contribuições do IPPUR na mídia. Boa leitura!

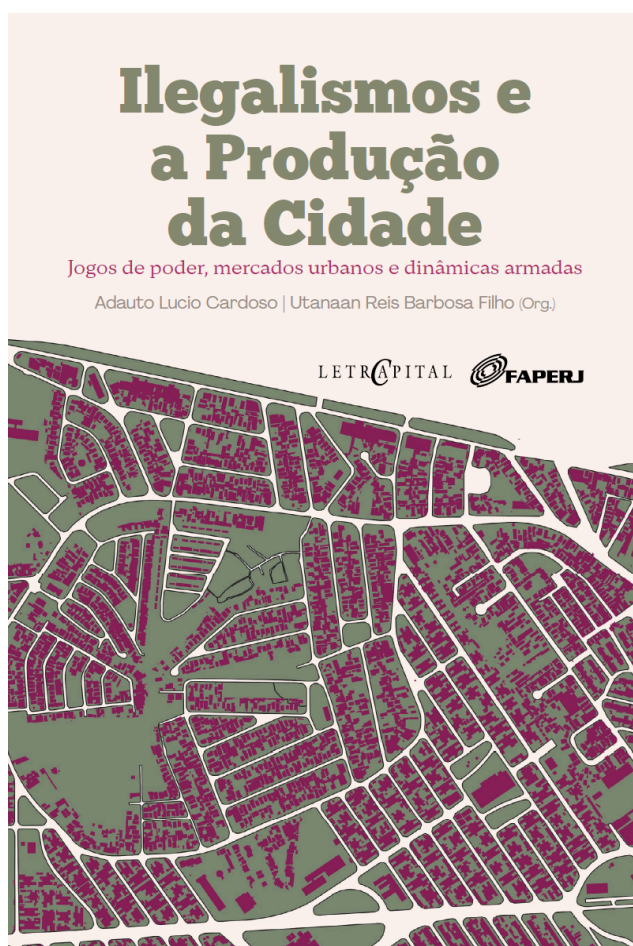
Editorial

EXPEDIENTE — Direção: Luis Regis Coli | Coordenação de Divulgação: Mariana Albinati, Claudia Paiva Carvalho e Luana Adriano | Secretaria de Divulgação: Vivian Casanova | Editora-responsável: Mariana Guimarães de Carvalho | Projeto Gráfico: Isabella Rosa | Colaboração: Tainá Farias S. Maciel e Equipe Agência IPPUR.

Integrantes do Observatório das Metrópoles publicam livro sobre ilegalismos e dinâmicas urbanas

Utanaan Reis Barbosa Filho

doutorando do PPGPUR



Capa do livro publicado

Organizado pelo professor Adauto Lúcio Cardoso (IPPUR/UFRJ) e pelo doutorando Utanaan Reis Barbosa Filho (IPPUR/UFRJ), o livro “Ilegalismos e a Produção da Cidade” reúne contribuições de 26 autores que investigam as relações entre grupos armados, mercados urbanos e a produção do espaço nas metrópoles brasileiras, com ênfase no Rio de Janeiro. Resultado de pesquisas desenvolvidas no âmbito da Rede Ilegalismos e a Produção da Cidade, a obra articula diferentes abordagens teóricas e empíricas para analisar fenômenos como o controle territorial, a atuação de milícias e facções do tráfico varejista de drogas, os mercados imobiliários informais e as dinâmicas cotidianas em territórios populares.

Dividido em três partes, o livro aborda, de forma articulada e complementar, primeiro, as configurações e reconfigurações contemporâneas dos grupos armados; em seguida, sua inserção

nos mercados urbanos, reunindo textos que evidenciam como o controle territorial armado pode constituir-se como um modelo de negócios que se apropria das práticas populares de produção da moradia e do território, transformando-as em operações econômicas e incorporando-as às suas lógicas de acumulação; por fim, apresenta um conjunto de trabalhos que examinam as complexas tessituras de poder que envolvem tramas políticas, econômicas e associativas, bem como as formas pelas quais diferentes grupos sociais se articulam e interpretam os fenômenos da violência urbana.

Ao mobilizar, direta ou indiretamente, o conceito de ilegalismos, a obra busca complexificar a análise para além de oposições binárias simplificadoras — como legal/ilegal, formal/informal, estatal/paraestatal ou bem/mal. Trata-se, assim, de tensionar tais categorias e evidenciar as zonas de interseção, ambiguidade e negociação que estruturam a vida urbana. Nesse sentido, o conceito é acionado como ferramenta analítica para a construção de uma compreensão sociológica mais consistente dos territórios populares, permitindo ultrapassar julgamentos morais, normativos ou estritamente jurídicos. Com isso, torna-se possível elaborar um quadro analítico mais robusto, capaz de apreender as complexas relações entre grupos e atividades “ilegais” e os diferentes agentes do Estado — incluindo forças policiais, operadores do sistema de justiça e membros do Poder Legislativo.

Considerando suas especificidades, o conjunto de referências mobilizadas e a articulação entre dimensões teóricas e empíricas, o livro oferece contribuições relevantes tanto para o campo acadêmico quanto para a gestão de políticas públicas. Ao colocar no centro do debate o intrincado conjunto de relações, disputas e práticas cotidianas que conformam os ilegalismos, a obra convida à reflexão sobre os diferentes setores nos quais grupos armados vêm expandindo sua atuação e, conseqüentemente, sobre a necessidade de respostas intersetoriais. Evidencia-se, assim, a urgência de análises e intervenções capazes de enfrentar fenômenos como o controle sobre a produção habitacional e a oferta de serviços urbanos e os impactos dessas dinâmicas sobre as formas de ação coletiva.

Acesse o livro no link:

https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2026/03/978-65-5252-272-6_ilegalismos-e-a-producao-da-cidade.pdf

Em parceria com PPFH-UERJ, FEBF-UERJ e IERBB-MP/RJ, IPPUR integra a realização do I Seminário Internacional sobre Justiça da Deficiência

Luana Adriano

professora e pesquisadora do IPPUR



Na imagem, da esquerda para a direita, Leandro Silva Navega (IERBB/MPRJ), Cristiane Branquinho Lucas (MPRJ), Viviane Alves (MPRJ), Luana Adriano Araújo (IPPUR/UFRJ), Giselle Tanaka (IPPUR/UFRJ), Jessica Coelho de Lima Pereira (FEBF/UERJ) e Giovanna Marafon (FEBF/UERJ) Créditos da foto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Nos dias 11 e 12 de agosto de 2026, ocorreu o I Seminário Internacional sobre Justiça da Deficiência: Autismo, Linguagem e Poder, encontro que reuniu pesquisadores, integrantes do sistema de justiça, ativistas e representantes de organizações da sociedade civil para discutir os direitos das pessoas com deficiência a partir de uma perspectiva interdisciplinar. A organização partiu da articulação entre Luana Adriano Araújo, professora do IPPUR/UFRJ, Giovanna Marafon, professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ, e integrantes do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com participação direta da promotora de Justiça Viviane Alves, subcoordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis e de Tutela Coletiva da Pessoa com Deficiência. A organização contou, ainda, com equipe de matriz transdisciplinar composta por integrantes da UFRJ e da UERJ, nomeadamente Mayara Medeiros, Joice Rodrigues, Ariel Dante Ramos, Louise Lima Storni Rocha e Letícia Tomé. Realizado pelo MPRJ, por meio do Instituto de Educação Roberto Bernardes Barroso (IERBB/MPRJ), o seminário contou ainda com financiamento

da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A mesa de abertura, composta por representantes das instituições envolvidas, contou com a coordenadora do GPDES, Giselle Tanaka, que reconheceu a importância do evento e apontou problemas importantes na estrutura de atendimento das universidades públicas às demandas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência.



Na imagem, professora Giselle Tanaka em fala na mesa de abertura. Créditos da foto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Ao longo dos dois dias de evento, temáticas relevantes para a formação de políticas públicas e para a promoção da inclusão e da acessibilidade no sistema de justiça foram abordadas, tais como linguagem acessível, capacitismo, gênero, sexualidade e ativismo autista. No primeiro dia do evento, o campo da Justiça Defeça foi situado como um eixo de articulação das discussões sobre a emergência do autismo como objeto de pesquisa e como questão política. Nesse contexto, Giovanna Nicolau, Cecília MacDowell, Mariana Rosa e Flávia Lemos abordaram o feminismo decolonial, os estudos de gênero e questões relacionadas à mercantilização do autismo, problematizando formas contemporâneas de produção das políticas sobre autismo, incluindo os processos pelos quais determinadas concepções de cuidado, educação, intervenção e garantia de direitos passam a adquirir centralidade na agenda pública.

O segundo dia iniciou-se com a participação dos professores Gustavo Rückert e Luiz Henrique Magnani, criadores da Rede Traduzir-se: Autismo em Primeira Pessoa na Prática Acadêmica. Discutindo acessibilidade cultural, formas de expressão e os processos sociais que reconhecem

algumas modalidades de comunicação como legítimas e desautorizam outras, Magnani enfatizou a necessidade de uma educação linguística anticapacitista e de compreender que barreiras de comunicação não podem ser simplesmente atribuídas à pessoa com deficiência. Rückert, por sua vez, aproximou cidadania, acessibilidade e produção cultural, ressaltando também o direito das pessoas com deficiência de produzirem suas próprias formas de expressão. Na sequência, a pesquisadora argentina Carolina Ferrante, vinculada à Universidade de Buenos Aires, apresentou sua investigação sobre mulheres com deficiência, maternidade e gênero, examinando as expectativas sociais dirigidas às mulheres com deficiência que se tornam mães, as barreiras enfrentadas no exercício da maternidade e as insuficiências das respostas oferecidas pelas políticas públicas. Sua presença conferiu também uma dimensão latino-americana ao seminário, permitindo aproximar experiências produzidas em diferentes contextos nacionais.



Na imagem, da esquerda para a direita, Valéria Aydos (Unipampa), Joice Rodrigues (UERJ) e William Jesus (MP-SP e ABRAÇA) Créditos da foto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Debatendo autismo e interseccionalidade, Luciana Viegas, Fernanda Santana e Ana Claudia André Teixeira Muhlethaler trouxeram para o centro questões relativas à raça, gênero, diagnóstico, identidade e experiência autista. Essas discussões se articularam com as falas de Valéria Aydos, Ana Cândida Nunes Carvalho e William de Jesus Silva, que trataram do protagonismo das pessoas autistas na reivindicação e construção de direitos e do papel da produção artística como forma de expressão, participação e transformação social. Na sequência, Louise Lima Storni Rocha, Júlia

Muniz Alvarenga e Ariel Dante Ramos interrogaram as formas pelas quais pessoas com deficiência são reconhecidas como sujeitos de desejo, consentimento e decisão sobre sua vida sexual e reprodutiva. O encerramento ocorreu com a mesa “Políticas públicas, subjetividade e biolegitimidade”, que contou com falas de Cristiane Branquinho Lucas, Juliana Costa Vargas e Luana Adriano Araújo. A discussão voltou-se para as formas pelas quais diagnósticos e demandas são traduzidos institucionalmente em direitos e políticas públicas, estabelecendo uma interlocução direta entre pesquisa acadêmica e problemas que chegam ao Ministério Público. Cristiane Branquinho chamou atenção, nesse contexto, para a necessidade de que as respostas institucionais às demandas de pessoas autistas não se reduzam às indicações clínicas, mas considerem o conjunto de direitos envolvidos, inclusive acesso e permanência na escola.

IPPUR participa de projeto do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, de atendimento à população em situação de rua no Rio de Janeiro

Renato Emerson

professor e pesquisador do IPPUR



Créditos da foto: : Cidadania PopRua UFRJ

O Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) está construindo uma nova política para a população em situação de rua. Trata-se do Projeto Cidadania PopRua, um conjunto de equipamentos voltados para ações de acolhimento, inclusão social e articulação de políticas públicas de atendimento a esta população, como continuidade dos já existentes Ponto de Apoio à População em Situação de Rua (PAR) e Centro de Acesso à Inclusão Social na Política sobre Drogas (Cais).

O Cidadania PopRua terá equipamentos em diversos estados do país, e no Rio de Janeiro foi estabelecida uma parceria do MDHC com a UFRJ, através da Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (SGAADA). Serão quatro equipamentos na cidade do Rio

de Janeiro, sendo dois no Centro, um na Penha e um em Madureira. O de Madureira, batizado “Espaço da dignidade”, já foi inaugurado no dia 31 de agosto.



Créditos da foto: : Cidadania PopRua UFRJ

O IPPUR participa da iniciativa, através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (o NEGRAM, um núcleo vinculado ao laboratório ETTERN - Estado, Trabalho, Território e Natureza). A partir do diálogo do NEGRAM, o coordenador do núcleo, Prof. Renato Emerson dos Santos, é um dos quatro docentes da UFRJ coordenadores institucionais do projeto (juntamente com as professoras Cecília Izidoro, Maria da Soledade Simeão dos Santos e Verônica Caé, da Escola de Enfermagem Anna Nery), que tem como coordenadora geral a Superintendente da SGAADA, Denise Góes.

Além do prof. Renato Emerson, o IPPUR tem no projeto a participação de vários estudantes, ex-estudantes e pesquisadores, como bolsistas ou profissionais contratados: quatro estudantes de graduação do GPDES (Sérgio Gomes da Silva Filho, Naryson Fernando Ferreira Sousa, João Victor Lopes de Aguiar, Marcello Carvalho de Aquino); de mestrado (Ana Carolina de Souza Valente, Eduardo Sant' Anna Lessa, Helissan Cavalcante Vieira, Ivan Henrique Sobral da Silva); de doutorado (Albert Milles de Souza), além de ex-discentes e pesquisadores (Ricardo Nakamura Nasser e Emilyn Cristina Conceição da Silva).



Créditos da foto: : Cidadania PopRua UFRJ

Vale também destacar que, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, o projeto é coordenado por dois discentes do curso de doutorado do IPPUR: Cleyton Silva Rosa, Coordenador-Geral de Políticas de Direitos da População em Situação de Rua do MHDC, e Wladimir Silva Valladares, consultor do ministério.

Do confisco à destinação: pesquisa com participação do IPPUR analisa gestão de imóveis vinculados ao Fundo Nacional Antidrogas

Renata Antão

professora e pesquisadora do IPPUR



fonte: Pexels

O que acontece com uma casa, um apartamento, um terreno ou uma fazenda apreendidos em decorrência do tráfico de drogas? Quanto tempo esses imóveis permanecem sob custódia do Estado e o que acontece com seu valor enquanto aguardam uma destinação? Essas são algumas das questões investigadas pela pesquisa “Governança e Gestão de Ativos Imobiliários Vinculados ao FUNAD: Custódia Prolongada, Desvalorização Patrimonial e Capacidade Estatal”.

A professora Renata Cristina do Nascimento Antão, do IPPUR/UFRJ, e a estudante Josiane, do curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES), integram a equipe responsável pelo estudo, que busca compreender o percurso desses imóveis e os desafios enfrentados pelo poder público para administrá-los e destiná-los.

A questão envolve um problema concreto de gestão pública. Enquanto permanecem sob custódia estatal, imóveis podem demandar manutenção, sofrer deterioração e perder valor. Ao mesmo tempo, sua destinação pode permitir que bens relacionados a atividades ilícitas sejam convertidos em recursos para o financiamento de políticas públicas. Entre a apreensão e essa destinação, porém, existe um conjunto de procedimentos judiciais e administrativos, instituições e decisões que a pesquisa pretende compreender.

O estudo integra o Pensando o Direito, iniciativa da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SAL/MJSP), desenvolvida em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). A pesquisa é realizada em articulação com a Diretoria de Gestão de Ativos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (DGA/SENAD).

Ao longo do segundo semestre de 2026, a equipe irá analisar o marco normativo e institucional, os fluxos administrativos relacionados à gestão e à destinação dos imóveis e os dados disponíveis sobre o patrimônio imobiliário vinculado ao FUNAD. O trabalho também envolve interlocução com atores responsáveis pela implementação da política, permitindo aproximar as regras e procedimentos formais dos desafios encontrados na gestão cotidiana desses bens.

A pesquisa pretende identificar fatores associados à custódia prolongada e à desvalorização patrimonial, bem como os principais entraves institucionais e administrativos presentes nesse percurso. A partir do diagnóstico, serão elaboradas recomendações para o aprimoramento da governança, dos processos de gestão e destinação e das capacidades estatais mobilizadas nessa política.

Para o IPPUR, a participação na pesquisa também aproxima a formação acadêmica de um objeto pouco conhecido, mas que reúne questões centrais para pensar o Estado e suas capacidades: como gerir patrimônio público, coordenar diferentes instituições e transformar ativos oriundos de atividades ilícitas em recursos capazes de retornar à sociedade? A presença de docente e discente do GPDES na equipe reforça, ainda, a inserção do curso em pesquisas aplicadas voltadas a problemas concretos da gestão e das políticas públicas.

Professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro analisa o boom do Airbnb e a valorização imobiliária no capitalismo dependente.

BdF

APOIE

TV BDF

RÁDIO BRASIL DE FATO

REGIONAIS

O boom do Airbnb no Rio de Janeiro: novos circuitos de valorização imobiliária no capitalismo dependente

17.AGO.2026 ÀS 5:30 PM



Segundo a Receita, a LC 227/2026, sancionada há duas semanas e que conclui a regulamentação da reforma tributária, não trata de cobrança imediata de impostos sobre aluguéis | Crédito: Joêdson Alves/Agência Brasil

Reprodução Brasil de Fato

Em artigo publicado no Brasil de Fato, o professor Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro analisa o avanço acelerado do Airbnb no Rio de Janeiro e seus impactos socioespaciais. O pesquisador destaca dados da pesquisa da ONG Inside Airbnb, que apontam que Copacabana concentra a maior densidade de aluguel por temporada do mundo, com mais de 13 mil anúncios ativos. A análise detalha como essa dinâmica pressiona os preços e reduz a oferta de moradias permanentes, evidenciando o conflito latente entre o direito básico à habitação e a lógica rentista que converte imóveis residenciais em puros ativos financeiros.

Confira a matéria completa em:

<https://www.brasildefato.com.br/colunista/observatorio-das-metropoles/2026/08/17/o-boom-do-airbnb-no-rio-de-janeiro-novos-circuitos-de-valorizacao-imobiliaria-no-capitalismo-dependente/>